

CORREIO DO APOSENTADO

POR
ANDRE SOUZA



150 mil bolsistas da área acadêmica serão beneficiados

Inclusão de pesquisadores e cientistas na Previdência Social

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que inclui 150 mil bolsistas de pesquisa e pós-graduação no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A proposta garante acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio por incapacidade e licença-maternidade. Até então, pesquisadores não tinham direito à proteção previdenciária, apesar da dedicação exclusiva às atividades científicas. O texto prevê contribuição de 11% sobre o valor mínimo do salário de contribuição, com recolhimento feito pelas agências de fomento responsáveis pelas bolsas. A medida beneficia estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado vinculados a programas reconhecidos e segue agora para análise do Senado Federal.

Projeto de Justiça Itinerante

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) participa do projeto de justiça itinerante Pop Rua Jud, em Campo Grande (MS), para agilizar a concessão de benefícios. A iniciativa ocorre até esta sexta-feira (20) e permite a realização de pedidos e avaliações médicas sem necessidade de agendamento prévio ou deslocamento. Os atendimentos são coordenados pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) com apoio de outros órgãos públicos

Edson Leal/MPS



Iniciativa quer facilitar acesso a benefícios sociais

Brasil e Finlândia em acordo

Ministério da Previdência Social deu o primeiro passo para estabelecer uma parceria com a Finlândia. O ministro da Previdência do Brasil Wolney Queiroz e o embaixador da Finlândia Antti Kaski iniciaram o diálogo para a construção de um futuro acordo bilateral de previdência. O objetivo é garantir proteção social e facilitar o acesso a benefícios para os brasileiros que vivem na Finlândia e para os finlandeses que moram no Brasil. Durante a audiência, Wolney Queiroz destacou a importância da Finlândia como um parceiro estratégico.

Intercâmbio de experiências

O Brasil quer fortalecer o intercâmbio de experiências. Um dos pontos centrais foi a possibilidade de um acordo de previdência entre os dois países para beneficiar cidadãos que transitam entre as duas nações. Estimativas do Itamaraty e de dados da Statistics Finland apontam que entre 2 mil e 2,4 mil brasileiros moram na Finlândia. E cerca de até 1,5 mil finlandeses moram no Brasil.

Prev. Rural

A Subcomissão Permanente de Agricultura Familiar, Assuntos Agrários e Fundiários encerrou o debate sobre o Projeto de Lei (de número 1154/95), que garante aposentadoria por idade ou invalidez ao trabalhador rural que preste serviço a mais de um empregador e não tenha carteira assinada.

Prev. Rural II

Entre as inovações de seu substitutivo, o relator do PL na Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), destacou a inclusão das mulheres chefes de família entre os beneficiados pela previdência rural. Atualmente, somente homens têm direito à aposentar como trabalhadores rurais.

PREVBarco

Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reinauguraram nesta quinta-feira (19) a Agência da Previdência Social Móvel Flutuante – PREVBarco Porto Velho II. O evento foi realizado nas instalações portuárias do DNIT em Guajará-Mirim, com o ministro da Previdência.

PREVBarco II

Além de Wolney Queiroz, também participou do evento, o presidente do INSS, Gilberto Waller. O PREVBarco é uma política pública previdenciária, que foi projetada para democratizar o acesso da população local aos serviços da Previdência Social, para populações que estão isoladas e vulneráveis da Região Norte do Brasil.

PREVBarco III

Com o modelo de funcionamento resolutivo, ao ser atendido pelo PREVBarco, o cidadão já tem o resultado no momento em que o atendimento é finalizado. A unidade de Porto Velho II percorrerá cidades como Pimenteiras do Oeste, Cabixi, São Francisco do Guaporé, Costa Marques (RO) e Sant. Trindade (MT).

Monografias

O Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, premiou em evento na última quarta-feira (18) os vencedores do Concurso de Monografias e os servidores que se destacaram por iniciativas realizadas dentro das agências do INSS com o Prêmio de Boas Práticas. O evento foi realizado na sede do Ministério da Previdência.



Verificação pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS

Prazo para contestar descontos do INSS

Beneficiários têm até esta sexta-feira(20) para revisar cobranças

Andre Souza

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm até esta sexta-feira(20) para contestar descontos associativos considerados indevidos aplicados diretamente nos benefícios previdenciários. A medida integra um processo nacional de revisão criado pelo governo federal para identificar cobranças não autorizadas e organizar a devolução administrativa de valores aos segurados.

A contestação é necessária para que o beneficiário participe do procedimento de ressarcimento conduzido pelo Ministério da Previdência Social. O objetivo é separar descontos autorizados daqueles que passaram a ser questionados após o aumento das reclamações por aposentados e pensionistas em diferentes regiões do país. Nos últimos anos, segurados relataram cobranças mensais vinculadas a associações e entidades que oferecem serviços como assistência jurídica e convênios, mas que, em diversos casos, não teriam sido autorizadas pelos titulares dos benefícios. Os valores eram descontados diretamente na folha do INSS antes do pagamento ao beneficiário, o que ampliou o alcance das irregularidades. Devido à quantidade de denúncias, o governo federal decidiu revisar os convênios com entidades autorizadas a realizar descontos em folha e a criar

um procedimento nacional de verificação. A etapa permite que os segurados confirmem quais cobranças reconhecem e quais consideram indevidas, condição necessária para viabilizar a devolução administrativa dos valores. De acordo com o INSS, até fevereiro de 2026 mais de 6,3 milhões de aposentados e pensionistas já contestaram descontos considerados irregulares desde o início do processo. Desse total, cerca de 4,3 milhões já aderiram ao acordo de ressarcimento e receberam os valores, enquanto aproximadamente 799 mil ainda estão aptos a concluir a adesão para receber a devolução. O instituto informou ainda que milhões de beneficiários notificados sobre descontos suspeitos ainda não registraram contestação, o que reforça o alerta sobre o fim do prazo. Para solicitar, o beneficiário deve acessar o aplicativo ou o site Meu INSS utilizando a conta Gov.br. É necessário consultar o extrato de pagamento do benefício, onde aparecem todos os descontos realizados. Caso identifique cobrança desconhecida, o segurado pode registrar a contestação diretamente na plataforma. O procedimento também pode ser feito pela central telefônica 135, disponível de segunda a sábado, ou presencialmente em agências dos Correios habilitadas para atendimento previdenciário.

O serviço é gratuito e não exige intermediários.